

Acordo com representantes dos candidatos garante a votação do orçamento

por Marta Salomon
de Brasília

Um acordo selado por representantes dos candidatos à Presidência da República e a cúpula da Comissão de Orçamento do Congresso garantiu a aprovação do orçamento para 1990 até o final da semana. O relator-geral da comissão, deputado Eraldo Tinoco (PFL-BA), prometeu incluir no projeto que vai ao plenário a proibição para o presidente Sarney iniciar novas obras até o final do mandato.

Até 15 de março, quando toma posse o novo presidente, também deverá ficar congelada a chamada "programação especial", que abriga quase 11 mil emendas apresentadas pelos parlamentares. Segundo o relator, a execução dessas emendas também ficaria condicionada à comprovação de uma economia obtida com a correção das despesas do orçamento abaixo da inflação.

O relatório final que a Comissão Mista de Orçamento vota nesta segunda-feira deverá conter dispo-

sitivo que proíbe a licitação e assinatura de contratos para novas obras nos últimos dois meses e meio de governo. A proposta foi apresentada pelo deputado César Maia (PDT-RJ) e acatada pelo relator-geral.

Os partidos que apóiam os candidatos à Presidência vão tentar ainda um acordo com os líderes dos demais partidos no Congresso para barrar os pedidos de créditos adicionais que não forem essenciais, como os que se destinam ao pagamento de pessoal e à rolagem da dívida interna. Atualmente tramitam no Congresso 33 pedidos de crédito que, se aprovados, aumentarão a dívida pública em mais de NCz\$ 100 bilhões — recursos financiados com a emissão de títulos.

O assessor do PT Guido Mantega disse que o partido gostaria de retirar do orçamento todas as novas obras, não se sabe quantas. O acordo para bloquear o início de novas obras até 15 de março foi considerado "o patamar mínimo das negociações", segundo o assessor.